



Conciliação família e trabalho nos programas eleitorais

No passado dia 14 de Setembro organizámos uma sessão *“Por uma escolha mais familiar - Conciliação família e trabalho”*, onde analisámos e debatemos as principais medidas propostas pelos partidos políticos nos seus programas eleitorais, em torno da conciliação família e trabalho.

Uma sessão com a presença de profissionais entre os 22 e os 40 anos, que acreditam que “as famílias constituem o primeiro lugar onde nos formamos como pessoas, (...) que são os ‘tijolos’ para a construção da sociedade” (Papa Francisco, Pc. São Pedro, 14 Setembro 2014), mas que, na sua realidade, sentem que não basta o esforço individual e que é necessário a existência de contextos profissionais e legais que protejam e respeitem as famílias.

Essa mesma constatação foi observada, no estudo da ACEGE “Os jovens e o mundo profissional”. Num universo de 400 inquiridos, 60% afirmaram que as condições laborais, no que respeita à conciliação família-trabalho, justiça salarial e número de horas de trabalho fora de casa, estão piores relativamente à geração anterior, e que há necessidade de marcar e relembrar este tema junto de todos, especialmente os líderes. No mesmo sentido mais de 60% afirma que teria mais filhos caso tivesse melhores condições profissionais. Este é, por isso, um tema central que toca a vida de todos nós.

Na análise efetuada pela ACEGE Next foram selecionados os 8 partidos, (PS, PSD, CDU, BE, CDS, PAN, Aliança e Iniciativa Liberal), que reuniam o maior número de intenções de voto numa sondagem conduzida em Agosto pela Pitagórica para o JN.

A análise das medidas propostas pelos partidos foi organizada de acordo com 5 pilares, identificados como centrais numa estratégia completa para o cuidado da família:

- Fiscalidade; Licenças parentais; Igualdade de oportunidades; Horários de trabalho; Infraestruturas de apoio.

Na análise efetuada não nos detivemos sobre o conjunto de valores e conceitos defendidos por cada partido sobre a família, a educação e costumes que impactam de forma decisiva a estrutura familiar, mas focámo-nos na procura de medidas que podem melhorar e facilitar a vida das famílias.

A maioria dos partidos incluem nos seus programas eleitorais medidas relacionadas com a “Fiscalidade” (IRS) e com as “Infraestruturas de apoio”, procurando aumentar o rendimento disponível das famílias e facilitar o cuidado dos filhos.

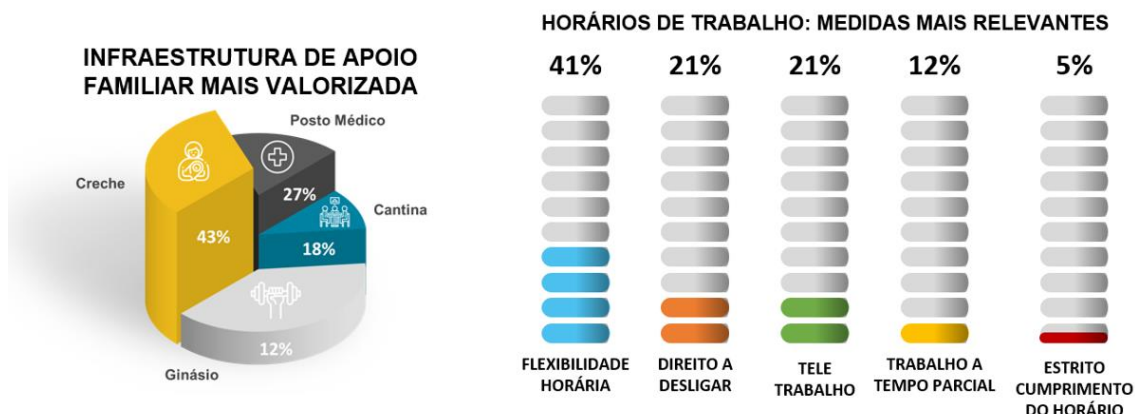
No pilar da Fiscalidade destacamos: A proposta de introdução do coeficiente familiar no cálculo do IRS e do IMI; O aumento das deduções à coleta por dependente e ascendentes; O alargamento da base de beneficiários e a majoração do abono de família pré-natal, duplicando o limiar de rendimento familiar de 9.150.06€/ano para 18.300€/ano e majorando o mesmo em 50% para o segundo filho e 100% para os seguintes.

Relativamente às infraestruturas de apoio, alguns partidos propõem promover a liberdade de escolha dos estabelecimentos de ensino criando o “Cheque Creche”; Aumentar a cobertura do SNS na área de saúde oral; Melhorar o regime fiscal das empresas que promovam creches para os filhos dos seus colaboradores.

Realçamos também medidas incluídas no pilar “Horários de trabalho”: a simplificação da legislação em vigor no que respeita ao trabalho a partir de casa; a consagração na legislação do direito do trabalhador à desconexão profissional (direito a desligar); a aplicação de regimes de adaptabilidade de horários de trabalho (por exemplo, a quem cuida dos pais).

Nos pilares “Igualdade de oportunidades” entre pai e mãe e “Licenças parentais” destacamos: o aumento do período de licença parental de forma gradual até 2023 (altura em que deverá fixar-se em 1 ano de licença); a criação de licença específica de prematuridade; o aumento da licença de apoio a familiares no caso de doentes crónicos, graves ou oncológicos; a melhoria do tempo de partilha da licença entre pai e mãe, penalizando menos a mulher do ponto de vista profissional.

Um conjunto de medidas, propostas pela maioria dos partidos de forma desorganizada e pontual, que mostram que a Família não é central na generalidade dos programas políticos.



De todas as medidas propostas pelos partidos e debatidas na sessão em grupos de trabalho, as três consideradas mais importantes para os presentes estão relacionadas com a fiscalidade (recebendo o coeficiente familiar uma taxa de concordância de 91%), com a flexibilidade de horários (41%) e o direito a desligar (21%).

A conciliação família e trabalho é um tema essencial para a nossa geração e o futuro do nosso país, que necessita de tempo e dedicação para ser estudado, debatido e consensualizado, para que cada um possa viver a sua Família, assumindo-a como base da sociedade e o local privilegiado para o crescimento e educação de cada cidadão.

Portugal necessita de um olhar integrado e promotor da vida familiar, tal como têm feito muitas empresas que desenvolvem modelos de gestão que colocam os colaboradores e as suas realidades no centro das decisões, através da certificação EFR (empresas familiarmente responsáveis). Estas empresas têm considerado o tema da conciliação família e trabalho uma necessidade para as gerações séniores e uma exigência para as novas gerações que querem viver a sua vida com sentido.

Como contributo para esta ampla reflexão nós, ACEGE Next, queremos promover este olhar integrado e estratégico, estudando algumas das medidas apresentadas, de forma a promovê-las junto das empresas e dos agentes políticos, nomeadamente:

1. **Constituir um organismo transversal ao Governo capaz de liderar** o acompanhamento e medição de todas as medidas legislativas com impacto na família;
2. **Melhorar o apoio para as famílias com filhos até aos 3 anos de idade.**
 - . Estudando o impacto da extensão da licença parental até 1 ano de idade.
 - . Equacionando o reforço de uma rede de apoio após o nascimento;
 - . Alargando o ensino gratuito ao pré-escolar, um período de vida essencial para o desenvolvimento da criança;
3. **Introduzir a dimensão do agregado familiar como variável de cálculo** nos diferentes imposto e subsídios a atribuir, por exemplo: na taxa e limites de deduções no IRS, IMI, Taxas moderadoras.
4. **Promover e dignificar aqueles que optam por cuidar da sua família** (ascendentes ou descendentes) operacionalizando o estatuto do cuidador informal, com atribuição de subsidio e/ou desagravamento fiscal para Part-time (comparticipação no ordenado) ou *full time* (ex: ordenado mínimo). A família é o local privilegiado para cuidar de cada pessoa, permitindo reduzir as taxas de esforços nas instituições.
5. **Reforçar a legislação que promova a flexibilidade laboral, temporal e espacial, e o teletrabalho**
 - . Analisar a possibilidade de reduzir ou eliminar trabalho por turnos para pais e mães com filhos bebés.
 - . Criar um banco de horas para cada trabalhador poder tratar de assuntos pessoais.
 - . Avaliar a possibilidade de implementar o direito a desconectar fora do horário de trabalho e em período de férias
6. **Apoiar a inclusão do conceito de “Empresa EFR – familiarmente responsável”** (Fundação Mas Família e ACEGE) e a criação de KPI sociais com benefícios fiscais para as empresas/organizações, de forma a tornar as empresas parceiros ativos da conciliação de cada trabalhador.

Um conjunto de medidas que vamos analisar e estudar para perceber qual o impacto na conciliação família e trabalho.

Uma nota final para reforçar que as medidas concretas, agora apresentadas, são muito relevantes e podem fazer a diferença na vida das famílias, mas é absolutamente necessária uma mudança de prioridades, desafios e lógicas empresariais e políticas para que o tema “Família” seja enquadrado e tido em conta como prioritário para a estratégia empresarial, social e governamental.

Uma mudança que começa em cada um de nós, no nosso estilo de vida, nas nossas opções políticas, profissionais e familiares.

Anexo 1

Tema	Sub-tema	Questões para refletir...
Fiscalidade	Abono de Família	Seria viável calcular o abono de família de acordo com o número de filhos independentemente do rendimento?
	IRS	Seria viável recuperar o coeficiente familiar nas deduções de IRS?
	IRS	Seria viável introduzir o coeficiente familiar no cálculo de vários impostos e taxas (ex: IMI, taxas moderadoras) e introdução de despesas específicas relacionadas com saúde e educação?
	IRS	Analisar a viabilidade de incluir a dimensão do agregado familiar no cálculo do limite global de despesas de saúde, educação e habitação.
	Reforma	Seria possível que a reforma pudesse ser gradual e sem penalizações para os trabalhadores que apresentem como justificativo o acompanhamento de um neto?
	Subsídios	De que forma poderíamos concretizar o estatuto do cuidador informal com atribuição de subsidio e/ou desagravamento fiscal para <i>part-time</i> (comparticipação no ordenado) ou <i>full time</i> (ex: ordenado mínimo)?
	Subsídios	Como melhorar o apoio para as famílias com filhos até aos 3 anos?
	Subsídios	Seria possível aplicar a taxa reduzida de IVA (6%) para produtos de apoio aos dependentes (ex: bebé e puericultura)?
	Subsídios	De que forma poderíamos incentivar e responsabilizar as autarquias para a sensibilização sobre os subsídios disponíveis através da criação de um portal onde as famílias introduzem diversas variáveis do agregado familiar e devolve informação com os subsídios disponíveis?
	Subsídios	Como promover ações de sensibilização/ informação sobre a legislação em vigor relativamente aos direitos e deveres da parentalidade e cuidador informal, assim como sobre as entidades patronais e colaboradores?
Licenças	Apoio a dependentes	Seria possível criar uma licença ou estar previsto no contrato de trabalho "flexibilidade do local de trabalho" para apoio à família em altura de interrupções escolares?
	Parentalidade	Seria possível aumentar a licença de parentalidade da mãe e do pai?
	Mudanças de casa	E se criássemos uma licença para mudança de casa, quando a mudança resulta de iniciativa do empregador?
Igualdade de oportunidades	Tipos de contratos	Como alargar a tipologia de contratos de trabalho (por exemplo: a tempo parcial, teletrabalho), garantindo os mesmos benefícios?
	Licença de parentalidade	Como melhorar a igualdade nas licenças parentais entre o pai e a mãe?
	Garantir o cumprimento	E se criássemos medidas para fiscalizar o cumprimento da legislação relativa à igualdade salarial?
Horários de trabalho	Flexibilidade	Promover e divulgar as vantagens do trabalho flexível (<i>part-time</i> vs. <i>full-time</i>) e do trabalho à distância (teletrabalho) e estabelecer períodos em que se pode trabalhar com flexibilidade
	Flexibilidade	Analisar a possibilidade de reduzir ou eliminar trabalho por turnos para pais e mães com filhos bebés.
	Flexibilidade	Seria possível criar um banco de horas para cada trabalhador poder tratar de assuntos pessoais (variar em função do agregado familiar)?

Tema	Sub-tema	Questões para refletir...
Horários de trabalho	Creches / Jardim de Infância	Como permitir que haja melhor conciliação entre o horário de trabalho e o horário de funcionamento das creches e jardins-de-infância, para ir ao encontro das necessidades das famílias com horários rígidos?
	Direito a desligar	Avaliar a possibilidade de implementar o direito a desconectar fora do horário de trabalho e em período de férias
Infraestruturas de apoio	Apoio aos bebês	Equacionar o reforço a rede de apoio nas primeiras semanas após o nascimento (ex: através do apoio de uma enfermeira que faça trabalho ao domicílio)
	Centros de saúde	Medir o impacto do alargamento do horário de todos os centros de saúde para as 20h (ex: como nas USF) e do horário de atendimento urgente nos centros de saúde (noite e fim de semana)
	Atendimento	Avaliar o efeito de alargar o uso senhas eletrónicas e pré agendamento para todos os atendimentos de serviços públicos
	e-serviços	Melhorar a triagem por telefone no serviço SNS 24 e apostar nos e-serviços e aumentar o horário do respetivo atendimento telefónico de suporte (ex: até às 20h e sábado de manhã)
	Creches / Jardim de Infância	Avaliar a implementação do acesso gratuito a creches / jardim-de-infância a todas as crianças, através de comparticipação desta despesa, quer para intuições privadas como públicas.
	Creches / Jardim de Infância	Incentivar a criação de acordos entre empresas e creches, aumentando a responsabilidade social das empresas através de incentivos fiscais.
	Secretaria de Estado da Família	Seria viável criar uma Secretaria de Estado específica para a Família?
	Programas	Implementação nacional do programa de certificação das Empresas/Organizações Familiarmente responsáveis (atualmente promovido pela ACEGE)
	Programas	Criação de KPI sociais com benefícios fiscais para as empresas/organizações.
	Ensino	Qual o efeito de criar uma disciplina “Conciliação Familiar”, mandatária desde o Primeiro Ciclo até à Faculdade?